



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extracto) n.º 4411/2008

Por despacho, de 3 de Janeiro de 2008, do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata:

Francisca Teresa Morais Cunha Lupi Manso, da Empresa Pública Municipal de Estacionamentos de Lisboa, E.M. da Câmara Municipal de Lisboa — nomeada, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para exercer funções como técnica de apoio parlamentar de 1.ª no Gabinete de Apoio do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2008.

24 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 4412/2008

Por despacho, de 27 de Novembro de 2007, do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata:

Licenciada Maria Clara Duarte de Almeida Frexes, técnica superior de 2.ª classe, do Departamento de Acção Social Interna da Direcção de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa — nomeada, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, para exercer funções como assessora no Gabinete de

Apoio do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2007.

24 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Deliberação (extracto) n.º 442/2008

O Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz deliberou, no dia 18 de Janeiro de 2008, nos termos do artigo 25.º, n.º 1 da Lei n.º 78/2001, de 13.07, nomear a Licenciada Maria Fernanda da Tripa Carretas, Juiz de Paz do Julgado de Paz sediado no Seixal, para o triénio a começar em 1 de Fevereiro de 2008, conforme deliberação de 09 de Janeiro de 2008, sem necessidade de nova posse.

28 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, *J. O. Cardona Ferreira*, Juiz Conselheiro, Antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Deliberação (extracto) n.º 443/2008

O Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz deliberou, no dia 18 de Janeiro de 2008, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, nomear a licenciada Ana Paula de Almeida Flausino, juíza de paz do Julgado de Paz sediado no Seixal, para o triénio a começar em 1 de Fevereiro de 2008, conforme deliberação de 9 de Janeiro de 2008, sem necessidade de nova posse.

28 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*, juiz conselheiro.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Louvor n.º 63/2008

Ao cessar as suas funções de apoio técnico ao meu Gabinete no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, quero agradecer à Dr.ª Teresa Maria de Almeida e Castro o empenho e a competência profissional com que desempenhou as funções que lhe foram confiadas.

6 de Fevereiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Comissão da Liberdade Religiosa

Despacho (extracto) n.º 4413/2008

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 6.º, do DL n.º 308/2003, de 10 de Dezembro, e no artigo 3.º do Regulamento Interno da Comissão da Liberdade Religiosa, de 7 de Junho de 2004, nomeio o Dr. Fernando Manuel Soares Loja, para o cargo de vice-presidente da Comissão da Liberdade Religiosa.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da assinatura.

12 de Novembro de 2007. — O Presidente, *Mário Soares*.

Louvor (extracto) n.º 64/2008

Ao cessar funções como Presidente da Comissão da Liberdade Religiosa, sinto a obrigação de destacar, louvando-o, a actividade e dedicação do Vice-Presidente Fernando Manuel Soares Loja, não só auxiliando-me

como também tomando iniciativas a bem da conciliação das diversas religiões e procurando dar as mesmas oportunidades a todas as comunidades religiosas. Saliento o trabalho inextinguível no último colóquio organizado pela Comissão, no qual o Dr. Soares Loja foi exemplar para o manifesto êxito da referida realização subordinada ao interessante tema “A religião fora dos Templos.”

25 de Julho de 2007. — O Presidente, *José Manuel Menéres Sampaio Pimentel*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 4414/2008

O Gabinete do Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça submeteu à autorização do Ministro de Estado e das Finanças a proposta de celebração de um contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, com vista ao desenvolvimento de um conjunto de tarefas na área do tratamento documental da Divisão de Documentação e Informação Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça, nomeadamente na gestão das bases de dados de decisões do Tribunal e no tratamento de um conjunto de documentos que remonta aos séculos XIX e XX e que integram peças fundamentais da actividade deste Tribunal.

A celebração deste contrato foi autorizada para a situação referida na alínea f) do n.º 5 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, que aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho, pelo Despacho n.º 649/07 do Ministro de Estado e das Finanças de 2 de Novembro de 2007.

Esta autorização não obsta à prolação de um despacho excepcional de descongelamento, pelo que, ao abrigo do n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se o descongelamento com carácter excepcional de um lugar para a Divisão de Documentação e Informação Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça.

O presente Despacho produz efeitos a 2 de Novembro de 2007.

4 de Fevereiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 4415/2008

Atento o disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de Junho, Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, artigo n.º 2 do Decreto-Lei n.º 123/2005, de 3 de Agosto e em conformidade com o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 29/2004, de 6 de Fevereiro:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do Despacho n.º 11 539/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 12 de Junho de 2007, determino a prorrogação do contrato administrativo de provimento, até 31 de Julho de 2008, do Eng.º Pedro Manuel Silva Esteves Pereira para continuar a desempenhar as funções de Adido Técnico na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, com efeitos a partir de 3 de Fevereiro de 2008.

25 de Janeiro de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Despacho n.º 4416/2008

Nos termos do disposto na alínea *f*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, é o Senhor Carl Viggo Axelssen exonerado, a seu pedido, do cargo de Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Kristiansand, Noruega.

6 de Fevereiro de 2008. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga*.

Gabinete de Organização, Planeamento e Avaliação

Despacho n.º 4417/2008

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, e do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma, que criou o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, abreviadamente designado por GPEARI, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 33/2007, de 29 de Março, definindo a respectiva missão e atribuições, bem como o tipo de organização interna, consubstanciada no modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 367/2007, de 30 de Março, foi determinada a estrutura nuclear do GPEARI e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 389/2007, de 30 de Março, foi fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do GPEARI.

Neste contexto e com vista a garantir o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Isabel Maria Fonseca Ferreira, Inspectora Superior da carreira de Inspector Superior, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão da Unidade Funcional de Estratégia e Avaliação, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos da referida unidade flexível, conforme decorre da nota curricular anexa.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2008.

28 de Janeiro de 2008. — A Directora-Geral, *Patrícia Salvação Barreto*.

ANEXO

Nota Curricular

Elementos de identificação:

Isabel Maria Fonseca Ferreira, nascido a 28 de Março de 1963, residente em Estoril, inspectora superior do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, concluída em 1987, com média final de 12 valores;

Diploma de Especialização em Qualidade Total na Administração Pública, com média final de 16,5 valores, do Instituto Nacional de Administração (concluído em Fevereiro de 2007);

Frequência do Diploma de Especialização em Liderança e Gestão de Pessoas, do Instituto Nacional de Administração (2007);

Formadora certificada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (desde 2003);

Curso de Especialização em Estudos Europeus, com média final de 15 valores, do Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa (concluído em 1994)

Frequência de diversas acções de formação, seminários, congressos e colóquios nas diversas áreas de Direito Administrativo, Auditoria, Gestão Pública e organizacional, Recursos Humanos, Liderança e comportamental.

Experiência profissional:

De 1 de Dezembro de 2006 a 29 de Janeiro de 2008 — Gabinete de Sua Exa. a Ministra da Cultura — Destacada para desempenhar funções de apoio técnico especializado no Gabinete, tendo em vista a concretização dos trabalhos decorrentes do PRACE, designadamente todo o processo legislativo, bem como outros estudos ou trabalhos directamente relacionados com este Programa;

Desde 1 de Agosto de 2006 — Inspeção-Geral das Actividades Culturais — Inspectora superior da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, por transferência, afecta à Divisão de Inspeção e Gestão;

De 1 de Novembro de 2000 a 31 de Julho de 2006 — Inspeção-Geral da Administração Pública — (Ministerial das Finanças e da Administração Pública) — Inspectora superior com funções de coordenação desde Fevereiro de 2002 até Julho de 2006, na categoria de inspectora principal de 1 de Novembro de 2000 a 31 de Março de 2004 e na categoria de inspectora superior desde 1 de Abril de 2004. Durante todo esse período esteve afecta aos Serviços de Inspeção e Auditoria;

De Maio 1997 a Outubro de 2000 — Direcção-Geral das Autarquias Locais — Técnica superior principal da carreira técnica superior, de nomeação definitiva desde 11 de Agosto de 1999. Anteriormente desempenhou funções de técnica superior em regime de contrato de trabalho a termo certo. Esteve afecta à Direcção de Serviços Jurídicos e à Divisão de Estudos e Articulação Sectorial da Direcção de Serviços de Modernização e Dinamização Administrativa;

Entre 1996 e 1997 — Direcção-Geral do Tribunal de Contas — Desempenhou funções de técnica superior em regime de contrato de trabalho a termo certo, no sector de fiscalização sucessiva à Administração Local;

Entre 1988 e 1995 — Câmara Municipal de Cascais — Desempenhou funções de técnica superior em regime de contrato de trabalho a termo certo e posteriormente em regime de prestação de serviços. Esteve afecta como jurista à Divisão de Trânsito e Transportes Públicos, à Divisão de Assuntos Jurídicos e à Divisão de Assuntos Metropolitanos e Comunitários.

Funções de maior relevo:

Apoio técnico especializado ao Gabinete da Ministra da Cultura, no âmbito do PRACE, designadamente todo o processo legislativo decorrente da concretização deste Programa ao referido Ministério, bem como acompanhamento da sua implementação e demais trabalhos ou estudos directamente relacionados com esta matéria;

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Ministério da Cultura (cf. Despacho n.º 30/2005, de 16 de Novembro do Presidente da Comissão Técnica do PRACE);

Apoio técnico especializado à Comissão Técnica do PRACE;

Representou a Inspeção-Geral da Administração Pública no Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO) no âmbito da Avaliação do 2.º ciclo a Portugal pelo Conselho da Europa (2005);

Integrou Grupo de Trabalho sobre Áreas de vocação do Estado (funções do Estado) do Ministério das Finanças em representação da Inspeção-Geral Administração Pública (2003);